

A CONQUISTA DA ÚLTIMA FRONTEIRA: a imprensa periódica e as narrativas sobre a ocupação de Rondônia (1960-1980)

*Fliane Jeodoro Gomes*¹
*Gilmara Yoshihara Franco*²

RESUMO: O presente artigo analisa o recente processo de ocupação de Rondônia. Tomando como fonte matérias publicadas pela revista *Veja* e pelo *Jornal Tribuna Popular*, periódicos de circulação nacional e local, respectivamente, tem-se por objetivo compreender como estes veículos de imprensa apresentaram os sentidos e a atmosfera no período em que a região Norte do Brasil era, em larga medida, percebida pelos governos da Ditadura Civil-Militar, e parte expressiva da sociedade brasileira, como a *última fronteira* a ser conquistada. Em outras palavras, este era percebido como um ambiente de *natureza bruta* que precisa ser *domado* e *civilizado* para dar lugar ao *progresso* e *desenvolvimento*. Desse modo, buscamos compreender, por meio da análise do discurso presente nas narrativas impressas nos periódicos, os significados da chegada dos migrantes no território rondoniense, objetivando compreender os sentidos de *domar a natureza* com vista a tornar a terra um meio de produção, de forma a consubstanciar os anseios de *progresso* e *desenvolvimento* que caracterizavam os sonhos daqueles que deixaram *tudo para trás* e apostaram na conquista de um pedaço de terra nestas paragens.

Palavras-chave: Fronteira. Imprensa. Rondônia

ABSTRACT: This article analyzes the recent occupation process of Rondônia. Taking as source articles published by *Veja* magazine and *Tribuna Popular* newspaper, periodicals of national and local circulation respectively, the purpose is to understand how these press vehicles presented the senses and the atmosphere in the period in which the North region of Brazil was, to a large extent, perceived by the Civil-Military Dictatorship governments and by expressive part of the Brazilian society, as the *last frontier* to be conquered. In other words, this was perceived as an environment of a *brute nature* that needs to be *tamed and civilized* to give way to *progress* and *development*. Therefore, we try to understand through the analysis of the discourse printed in the narratives in the periodicals, the meanings of the arrival of the migrants in the rondoniense territory, intending to understand the senses of taming nature in order to make the land a means of production, so as to consubstantiate the yearnings of *progress* and *development* that characterized the dreams of those who *left everything behind* and bet on the conquest of a piece of land in these places.

Keywords: Frontier. Press. Rondônia

¹ Graduada em história pela Universidade Federal de Rondônia. Mestranda do programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, *campus* Cuiabá. Faz parte do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU) da Universidade Federal de Mato Grosso.

² Pós-doutoranda em História pela Universidade Estadual 'Júlio de Mesquita Filho'/UNESP. Docente do Departamento Acadêmico de História da Universidade Federal de Rondônia/ UNIR, *campus* de Rolim de Moura.

Introdução

Os projetos de expansão da fronteira agrícola para o Norte do Brasil, levados a cabo pelos governos militares, a partir da instalação da Ditadura Civil-Militar, em 31 de março de 1964, partiram da premissa de que a região era “um imenso espaço vazio”, distante, que precisava ser integrada ao “corpo da nação”, para tornar-se parte do sistema produtivo brasileiro.³

A partir de então, um conjunto de medidas que incluem, entre outros, a criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário - INDA, ambos em 1964, e, depois, fundidos e transformados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em 1970, e, ainda, a criação de dispositivos legais como o Estatuto da Terra, editado poucos meses após o Golpe de 1964 e o Plano de Integração Nacional – PIN. Criado pelo Decreto-lei nº. 1.106, de junho de 1970, o Plano tinha como finalidade específica financiar “obras de infraestrutura nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM e promover sua mais rápida integração à economia nacional” (CARDOSO & MULLER, 1977, p. 124). Em seu conjunto, estas e outras medidas deram a tônica dos objetivos do governo militar para incorporar e dinamizar a economia da região Norte do Brasil, tornando-a uma nova fronteira de expansão agrícola (BECKER, 1997).

Para implementação do Plano, áreas localizadas no norte de Mato Grosso, no então Território Federal de Rondônia, Amazonas e Pará e toda a chamada Amazônia Legal⁴ deveriam ser integradas ao produtivo nacional. Entre as ações previstas estava a abertura de rodovias, como a Transamazônica, a

³ As interpretações sobre a Amazônia são muitas e compõem o repertório de imaginários diversos. A ideia da região, com formas geográficas fluídas (re)organizadas ao longo dos séculos, dão conta de representações que a caracterizam como local exótico, selvagem, insólito e/ou vazio. Sobre o tema ver: HARDMAN (2009).

⁴ Em 1966, o governo de Castelo Branco, depois de criada Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), vinculada ao Ministério da Integração Nacional e uma das ações desta Superintendência, foi a instituição da chamada Amazônia Legal, que abrangia aproximadamente 5.217.423 km², o equivalente a 61% do território brasileiro. Contemporaneamente, a Amazônia Legal corresponde aos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e engloba ainda parte do Mato Grosso e do Maranhão.

conclusão da BR 364⁵, ligando Cuiabá a Porto Velho, a construção da BR 425, ligando Porto Velho a Guajará-Mirim e a rodovia Belém-Brasília. Além dos objetivos econômicos, a escolha destas áreas tinha como finalidade – conforme busca fazer crer as justificativas apresentadas quando da construção e publicização desses projetos – dar resposta às demandas sociais de trabalhadores sem-terra e colonos desapossados que, em regiões como o Nordeste, vinham, desde os anos 1950, lutando e reivindicando o direito a posse de terras.

As medidas implementadas pelos Governos Militares foram responsáveis por fomentar a vinda de um afluxo expressivo de pessoas para o Norte do Brasil. Entre as décadas de 1960 a 1980 milhares de migrantes chegaram à Amazônia e, em particular, a Rondônia. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE a população de Rondônia saltou de um total de 70.783 habitantes no final dos anos 1960 para cerca de 503.125 habitantes no final dos anos 1980 (IBGE, 2015).

Mas, não foram apenas os projetos que fomentaram a migração. A propaganda, realizada por intermédio de uma série de matérias em jornais, rádios e televisão, teve um papel fundamental para atrair pessoas para o Norte do Brasil. Conforme escreve Carlos Fico, a leitura otimista do país, produzida durante a Ditadura Civil-Militar buscava sustentação no “vasto material” da história nacional, no suposto destino manifesto de um país que deveria assumir seu gigantismo por meio da ação dos patrícios que lhe constituam em nação, onde deveria reinar a *ordem* e o *progresso*. Desse modo, “a missão civilizadora de que se achavam imbuídos os militares se expressou através da firme convicção de estarem construindo um novo patamar econômico para o Brasil”

⁵ Até a construção da BR-364, o acesso a Porto Velho, principal cidade do então Território Federal de Rondônia, era realizado por via fluvial, aérea ou pela ferrovia Madeira-Mamoré, que ligava Guajará-Mirim àquela que seria, depois, a capital do estado. Segundo Nair Ferreira Gurgel do Amaral, “A importância da BR 364 pode ser constatada pela colonização de Rondônia, através do ciclo agrícola. A política de assentamento de colonos para fins de formação de uma base agropastoril pelo Regime Militar (1964 a 1985) veio definir entre os anos 1970 e 1990, a principal base de colonização perene do Estado de Rondônia. O fato concreto, portanto, é que o sucesso da colonização agropastoril (agricultura e pecuária) preconizada pelo Governo Federal só era possível porque a Rodovia BR 364 existia”, cf: AMARAL, Nair Ferreira Gurgel do. Processos migratórios em Rondônia e sua influência na língua e na cultura. São Paulo, Linha D'Água, Brasil, v. 25, n. 1, p. 87-107, jun. 2012, p. 100.

(FICO, 1997, p. 38/41). Neste processo, a premissa de ocupação era derrubar a mata e tornar a terra produtiva.

Tomando a região de Rondônia como *locus* de análise, o presente texto se vale de matérias veiculadas em periódicos impressos, como a Revista *Veja*, de circulação nacional, e o *Jornal Tribuna Popular*, publicado na cidade de Cacoal desde os anos 1980, como fonte de pesquisa. O que se pretende é compreender as visões sobre *natureza, desenvolvimento e progresso* no contexto da ocupação recente desta espacialidade, a saber, entre as décadas de 1960 e 1980.

O conceito de progresso, tal como outros conceitos, não deve estar dissociado de um determinado tempo e espaço. Em uma de suas dimensões, “a teoria do progresso humano envolve uma visão do passado e uma profecia sobre o futuro. Ela é baseada numa interpretação da história que enxerga a humanidade avançando lenta e indefinidamente em direção desejável” (DUPAS, 2012, p. 39). Este *vir a ser* colocado como *avanço* permanente em direção a um estágio e/ou condição superior tornam-se a pedra de toque do capitalismo e, a partir do século XVIII, tornou-se uma ideia dominante no ocidente.

No Brasil, a República proclamada na virada no século XIX para o século XX nasceu sob as hostes do positivismo *comteano* e adotou o lema *ordem e progresso*, sendo este derivado de um processo de modernização conservadora, associado, ressalvadas as devidas proporções, a vertente europeia do conceito. Desta forma, o Brasil adentrou – e permaneceu – durante todo o século XX atrelado à noção de progresso representado pela “imagem do trem que avança para um futuro resplandecente” (DUPAS, 2012, p. 75).

No que diz respeito ao uso de periódicos impressos como fonte, não perdemos de vista que a “ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretendem atingir” (LUCA, 2006, p. 141). Em outras palavras, ao tomar a imprensa como fonte, nos valem dos pressupostos de análise de discurso tal como formulados por Eni Orlandi (2008), que afirma que toda palavra escrita é portadora de um discurso, e os discursos, por sua própria natureza, permitem entrever o lugar de onde fala o autor e a imagem que ele tem de seus interlocutores. Desse modo, como mencionado, a intenção é perceber a maneira como a natureza era

pensada no momento da chegada dos migrantes bem como ideário de *progresso* que balizou as expectativas e os sentidos da conquista da “última fronteira” e a construção do “novo Oeste” brasileiro.

Rondônia: uma “Terra em Explosão”

Em quantidades pequenas – cerca de um caminhão por semana – mas num fluxo constante, os pau-de-arara foram chegando, trazendo os que haviam decidido “tentar a sorte em Rondônia”(VEJA, 04 de março de 1970, p. 73).

No fragmento retirado da matéria publicada pela revista *Veja*, em março de 1970, com o título “Rondônia: terra em explosão”, o articulista narrou a grandiosidade do esforço humano em curso para transformar a selva em espaço de *progresso e desenvolvimento*. A região que compreendia o então território federal de Rondônia, área que até a década de 1940 pertencia aos Estados de Mato Grosso e Amazonas, foi um dos alvos da política de expansão agrícola implementadas pelos governos militares. Esta mesma região já tinha sofrido tentativas anteriores de ocupação. Uma das interpretações correntes vincula tais tentativas a ciclos econômicos, conforme estudos de Denise Maldini Meireles (1983) e Valdir Aparecido de Souza (2011). Segundo estes autores, a existência dessa especialidade é marcada por iniciativas de ocupação, integração e exploração de recursos naturais, que contribuiu para o (re)conhecimento e colonização paulatina, porém insuficiente, da área.

Na virada do século XIX para o XX, a exploração da seringueira, cujo látex extraído movimentava a indústria da borracha, atraiu, para diversos pontos da Amazônia (inclusive para o atual estado de Rondônia), um contingente significativo de trabalhadores. Acompanhando o processo de ocupação ocorrido de forma não sistematizada, há que se mencionar as expedições do Marechal Rondon, iniciadas em 1910 com objetivo de instalar as linhas telegráficas. A construção de postos telegráficos deu origem a povoados que depois se constituíram em cidade, como são os casos de Ariquemes, Pimenta Bueno e Vilhena (MACIEL, 1999; DIACON, 2006).

Por outro lado, a inauguração, em 1912, da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, ligando Porto Velho a Guajará-Mirim, na divisa com a Bolívia,

contribuiu para as atividades de escoamento da produção de seringa e ampliou os canais de comunicação interna, que se restringiam basicamente à navegação. A Estrada de Ferro também possibilitou a presença de contingentes populacionais mais expressivos nas duas localidades, no entanto, segundo a historiografia local, dado o tamanho do território a ser ocupado, este ainda era tido como terra despovoada (HARDMAN 2009; FERREIRA 1987)⁶.

Durante o governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945) verifica-se um esforço sistematizado de ocupação dos territórios situados a oeste do litoral brasileiro e na Amazônia. Em 1938, a campanha da Marcha para o Oeste, tinha como um de seus objetivos “impulsionar a ocupação do território, através da colonização e do povoamento” (SOUZA, 2002, p. 68). Do mesmo modo, como observa Seth Garfield,

A Marcha para o Oeste foi defendida pelo poder público como meio de expandir a produção agrícola e fornecer alimentos básicos à crescente população urbana, assim como uma forma de corrigir os desequilíbrios regionais, a desigualdade social e os problemas da defesa nacional. (GARFIELD, 2011, p. 15).

A política varguista para a região Amazônica adquiriu reforço durante a II Guerra Mundial, em um cenário marcado pela necessidade de matéria-prima para o fabrico da borracha, no qual, outra vez, a atividade seringueira ocupou lugar de destaque. Através do Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), foram recrutados trabalhadores para os seringais que deveriam colaborar com o esforço de guerra. Esses homens eram chamados de “soldados da borracha” (GOMES, 2013).

Ao longo desse período, ou seja, entre as décadas de 1930 e 1940, o governo federal agiu de modo a estabelecer ações voltadas à integração espacial e à ocupação por populações não-indígenas na região. Em 1943, a área que na década de 1980 se tornaria o estado de Rondônia, passou a ser denominada Território Federal do Guaporé.

⁶ A exemplo do estado, a maioria desses trabalhos desconsideram a presença de populações tradicionais, notadamente de etnias indígenas como agentes povoadores. Essa é uma percepção importante, porque será em contraposição a essa presença que se delimitará, posteriormente, uma cultura política que se afirma nessa especialidade por meio da presença do agente colonizador, representado de maneira idealizada pelo migrante *sulista*.

No ano de 1956, o 5º BEC assumiu a responsabilidade pela abertura da BR-364, anteriormente chamada BR-29, a qual teve papel importante no processo de ocupação de Rondônia. Nesta época, se desenvolvia a exploração da cassiterita e também se observa a intensificação da exploração agrícola. A intenção do governo era conter qualquer evasão em massa da população, para tanto, passou a planejar projetos com vistas à ocupação do espaço compreendido como Rondônia.

No início da década de 1960, segundo a historiografia, os fluxos migratórios estavam ligados à exploração da cassiterita, em grande medida, e, em menor escala, à agricultura. Segundo Salvador Cim (2003), em fins da década de 1960 a exploração da cassiterita passou a ser controlada pelo governo por meio das mineradoras, o que significou a proibição da lavra manual do minério. Os militares controlaram a mineração justamente para colocar em prática as ações geopolíticas de controle do território, em especial das zonas de fronteiras.

Contudo, a fase de colonização mais intensa para o território ocorreu a partir dos anos finais da década de 1960, por meio de programas delineados e executados pelos agentes dos governos militares. Nem mesmo a exploração da cassiterita, nos anos finais da década de 1950, teria dado conta da ocupação desejada pelo Estado. A este respeito, Salvador Cim escreve que:

Campanha[s] publicitária[s] [foram] desenvolvida[s] pelo Governo Federal através da propaganda maciça veiculada pelos meios de comunicação. (...). Como resultado, foram atraídos para a região perto de um milhão de migrantes, em menos de uma década, induzidos principalmente pelo sonho de um pedaço de terra, melhor ganho, e a possibilidade de uma vida melhor, digna e esperançosa para os familiares (CIM, 2003, p.10).

Conforme nota este pesquisador, as ações dos governos militares para estimular a ocupação da região Norte, e para Rondônia em particular, por meio dos muitos projetos desenvolvidos nestas áreas, contribuíram para difundir junto à população a expectativa de migrar para o Norte do Brasil como a solução para suas condições de vida. As notícias veiculadas cotidianamente pelos mais diversos meios de comunicação, tanto oficiais quanto privados, como jornais, rádios e a televisão davam conta, quase que diariamente, das políticas e ações

que transformavam a economia e a paisagem no Norte do Brasil. Neste sentido, de forma direta através de campanhas publicitárias, e indireta, através do noticiário jornalístico, os meios de comunicação atuaram para estimular a vinda de migrantes, das mais diversas regiões brasileiras, para Rondônia. Para muitos deles era chegado, enfim, o momento de concretizar o sonho de ter acesso a um pedaço de terra.

Nessa época, sobretudo a partir de fins da década de 1960 o governo passou a implementar os Projetos de Colonização que atuavam, segundo Cunha (1985), em duas frentes por meio do INCRA.

1º - Os Projetos Integrados de Colonização PICs – Que dirigidos aos agricultores sem terra (de conformidade com § 2º, Art. 25 do Estatuto da Terra), com maior força de trabalho familiar de baixa renda se caracteriza por uma atuação paternalista. O INCRA além de identificar e selecionar os beneficiários, designa-lhes parcelas, fornece a infraestrutura e, por meios próprios ou de outros órgãos, implantam atividades de assistência, de comercialização, saúde, educação e até de associativismo. Este tipo de projeto foi usado principalmente nas primeiras fases da colonização;

2º - Projetos de Assentamento Dirigido PADs – Que contempla os agricultores com maior experiência agrícola e capacidade de obtenção de recursos financeiros no sistema bancário. O INCRA apenas se responsabiliza pela seleção e assentamento dos beneficiários, pela infraestrutura, loteamento e titulação. (CUNHA, 1985, p. 59).

Partindo da proposta dos Projetos de Colonização se fazia necessário adentrar ao ambiente inóspito da selva, onde a natureza, ainda em pé, se impunha como um obstáculo à chegada do *progresso* e do *desenvolvimento*, tal como entendido pelos agentes do Estado e pelos sujeitos migrantes. Esta representação da natureza bruta como empecilho exigia, daqueles que chegavam, a necessidade de levar a cabo o trabalho de *domá-la*. A tarefa pressupunha a derrubada da mata para que, deste modo, essa natureza deixasse de ser vista como um impedimento à chegada da *civilização*, abrindo espaço ao *progresso*. Isso significa, conforme os discursos produzidos sobre a ocupação destas áreas, dizer que a *natureza*, uma vez *domada*, permitiria a ocupação racional e o cultivo da terra.

Neste cenário de derrubada da mata, o espaço rondoniense era narrado aos brasileiros por vários meios de informação, entre eles, a revista *Veja*, e, em âmbito local pelo *Jornal Tribuna Popular*, como espaço de imensos desafios,

sonhos, expectativas, provavelmente porque tais expectativas não se vinculavam somente a determinado projeto de poder dos militares. Como mencionado anteriormente, a partir da leitura de Carlos Fico (1997), todo um imaginário de otimismo sobre o gigantismo e o “Brasil Potência” ia ao encontro dos *migrantes* que sonhavam com *a terra da promessa*.

As narrativas, por meio de matérias veiculadas em periódicos como *Veja*, traduziam, aos olhos dos brasileiros, a construção de uma verdadeira epopeia do *progresso* nas selvas. Um dos principais produtos editoriais do Grupo Abril, a revista de circulação semanal, lançada em 1968, meses antes do Ato Institucional nº 05, “(...) era orientada para a integração de um país continental através da notícia (...)” (VILLALTA, 2002, s/p).

Seguindo esta premissa, em 1969, em matéria sobre as ações do governo para o interior, *Veja* destacava que:

Através do Sistema Financeiro de Saneamento, já foram assinados convênios com a SUDAM e mais onze Estados, além dos Territórios do Amapá, Rondônia e Roraima, em um investimento total de 840 milhões de cruzeiros novos, devendo beneficiar cerca de 22 milhões de habitantes, em 632 municípios. (VEJA, 23 de março de 1969, p. 15).

Os números traduziam a grandeza dos investimentos na região em que se forjava o *novo Oeste* brasileiro. Deste diapasão, as representações reatualizavam imaginários e comunicavam, a seu modo, o tamanho da empreitada em curso. Os sentidos dados pelas narrativas presentes na revista às representações ou *visões de natureza* (re)constroem um mundo que se abria e deveria, necessariamente, ceder lugar ao novo.

Pelas páginas de jornais e revistas, o ato de *domar* a selva, gradativamente, a transformou de *inferno verde* em uma *terra em explosão*, onde a promessa de fartura era tangível, e onde a esperança de *vencer na vida*, de ter acesso à terra e aos frutos que, em se arando e plantando, poderiam dar, era algo *concreto*. As narrativas sobre a ocupação recente ressignificam o uso das terras amazônicas. Assim, a terra antes vista como “sem história” e “selvagem” que “sempre teve o dom de impressionar a civilização distante”, tal

como a descreveu Euclides da Cunha (2000, p. 123), convertera-se no lugar em que vicejavam as possibilidades de desenvolvimento.

Para tanto, era necessário quebrar a golpes de machado ou com motosserra a volúpia e altivez das árvores da floresta e, em seu lugar, abrir estradas transitáveis. Essa era uma das questões postas aos migrantes, como pode ser contemplado na fala de um migrante mineiro em relato à revista *Veja*:

“Estou contente e esperançoso”, declarou. “A terra é boa e eu tenho experiência no plantio de café”. Mas, mesmo os mais privilegiados possuidores de glebas em franca produção agrícola enfrentam um problema básico: o de preços mínimos para seus produtos – sobretudo pelas dificuldades de escoamento da safra. “Aqui só existe estrada quando está seco”, reclamava o mato-grossense José Moreira instalado em um lote em Colorado (VEJA, 21 de setembro 1977, p.56 – destaques do original).

Dificuldades e esperanças denotam os sentidos mais tangíveis dos textos que narram a chegada dos migrantes. As matérias sobre Rondônia traziam, com reiterada frequência, a questão da natureza como um fator determinante, tanto como possibilidades, quanto como empecilho. É neste sentido que a revista de *Veja* corrobora a ideia que se tornou comum, sobretudo aos denominados pioneiros, de que quem permanecesse na terra era, de fato, desbravador do mundo inóspito, desconhecido e desafiador, representado pela selva bruta (PESSOA, 1988; PERDIGÃO; BASSEGIO, 1992).

O fragmento abaixo denota este sentimento que dá à ocupação recente ares de epopeia do homem em luta para transformar a natureza bruta, tornando-a um espaço racionalizado, nos moldes dos padrões tidos como civilizados. Segundo *Veja*,

A história recente dos movimentos migratórios mostra que procissões de nordestinos caminharam para o sul, dali se juntaram com multidões de sulistas que repartiram com eles os sonhos de prosperidade e a disposição de conquistar o oeste. Atraídos pelo fascínio das terras virgens, eles exibem o ânimo forte e o espírito aventureiro que marcaram a colonização do oeste americano entre 1840 e 1890 [...]

À procura de terras sem donos, os migrantes avançam pela floresta, rasgam picadas e abrem clareiras que empurram a fronteira agrícola. Ji-paraná hoje com 200.000 habitantes tinha menos de 1.000 em 1970. Colorado do Oeste e Rolim de Moura eram, há dois anos, aglomerados de sessenta casas; atualmente são distritos que reúnem, cada um, cerca de 50.000 habitantes e deveriam ascender à condição

de município antes de dezembro. (VEJA, 27 de agosto de 1980, p. 59-60).

É por meio da racionalização do espaço, segundo o que se percebe nas páginas de *Veja*, que se construiria lentamente o “caminho resplandecente” para o dito *progresso*. Esta noção passou a orientar o cotidiano daqueles que, pouco antes, haviam entrado em contato direto com a natureza e se embrenhado pela mata com o intuito de colocá-la abaixo para transformar o espaço em algo afeito aos moldes racionais, aos padrões vigentes da *civilização*. Assim, nos parece claro que as matérias veiculadas por *Veja* contribuem para questionar a utilidade da natureza em seu estado bruto. Era como se só a natureza racionalizada fosse útil ao desenvolvimento.

A revista *Veja* não deixou de fazer críticas aos projetos de colonização. Como pode ser observado na sessão de cartas da edição 474 de 05 de setembro de 1977, onde leitores do Pará, Espírito Santo e Pernambuco tecem comentários sobre o que leem na revista.

Sr. diretor: “E a terra era um sonho” (VEJA nº 472) é um romance que continua todos os dias, nesta luta desesperada do homem à procura de trabalho para a sua subsistência. Quando a reportagem diz que milhares de famílias estão sem terra, é porque elas vão constituir o trabalho barato para os que possuem terra. Retiraram-se as pessoas dos Estados destruídos e as colocaram em Estados a destruir. Hoje parece que o problema está sendo resolvido, mas e depois de Rondônia e da Amazônia, para onde iremos? Ronald Mansur – Vitória, ES (VEJA, 05 de outubro de 1977, p. 12).

Tal crítica, cabe notar, era reflexo, e, ao mesmo tempo, fruto tanto dos conflitos oriundos da dinâmica adotada para a ocupação das áreas situadas na região Norte do Brasil, como no caso de Rondônia. Era também consequência do ambiente de desgaste que atingia o regime militar, no poder há aproximadamente treze anos; momento em que enfrentavam os questionamentos da sociedade civil, que se reorganizava para pedir maior participação no poder, conforme demonstra o trabalho de Suzeley Kalil Mathias (1995) e, ainda, era o período de agruras econômicas impostas pela crise do petróleo (SOUZA, 2014).

Em busca do *progresso* na nova estrela do Oeste

Sobre o discurso do *progresso* constituiu-se como pedra de toque das matérias jornalísticas que davam publicidade à distribuição de terras e à colonização em Rondônia, no recorte temporal sobre o qual este texto se debruça. Na edição 625 de *Veja*, de agosto de 1980, o jornalista Jomar Moraes descreve os migrantes que chegam a Rondônia como forasteiros vindos dos diferentes pontos do país. O enunciado da matéria por si só chama a atenção, sendo complementado ainda com os seguintes dizeres: “Na marcha sobre Rondônia, milhares de migrantes empurrados pela esperança enfrentam os perigos em busca de terras virgens”. A matéria narra a saída dos migrantes de seus lugares de origem, afirmando que estes embarcavam em uma viagem rumo ao “eldorado dos anos 80: o território de Rondônia”. Ainda de acordo com a reportagem, de janeiro de 1977 a julho daquele ano, “250.000 brasileiros marcharam sobre Rondônia empurrados pela crença de que ali é possível enriquecer rapidamente” (VEJA, 27 de agosto de 1980, p. 58).

A chegada, cada vez mais constante e desenfreada, de levadas de migrantes, requeria, por vários motivos, a abertura de estradas minimamente transitáveis, conforme já mencionado. As estradas, cabe enfatizar, eram um dos símbolos maiores do ideal de *desenvolvimento* e o *progresso*, pois permitiriam que o sonho do migrante se realizasse de fato, ou seja, seriam as estradas que escoariam toda a produção da safra.

De fato decorreu mais de meio século antes de Rondônia começar ser descoberta e ocupada pelos novos colonizadores, a partir de 1970.

É gente que segue a picada a picada da BR-364 – 1.000 quilômetros de terra batida que começam na divisa com o Mato Grosso e atravessam Rondônia até o Acre. Essa estrada forma, com a Belém-Brasília, os dois arcos que ligam o Sul desenvolvido ao Norte e Nordeste, criando as condições para a abertura de novas fronteiras. “Essas estradas permitiram a nossa marcha para o Oeste”, observa o general Rubem Ludwig quando fazia parte do Conselho de Segurança Nacional [...]

O Eldorado desenvolveu-se em torno da estrada com um vigoroso projeto de distribuição de terras [...] (VEJA, 06 de janeiro de 1982, p. 53-54).

A conclusão do asfaltamento da BR-364 passou a ser entendido como fator decisivo no processo de *desenvolvimento* e *ocupação* de Rondônia. Na edição 711, de 21 de abril de 1982, *Veja* publica matéria intitulada “O oeste livre da lama”, fazendo referência às obras ao longo da BR-364. Os atoleiros causados pelas chuvas estariam com os dias contados, segundo a matéria. Os 1.900 quilômetros entre Cuiabá e Acre logo estariam totalmente transitáveis. Falar das dificuldades pelas quais passavam os motoristas que transitavam e que agora, supostamente estavam com os dias contados é, mais uma vez, a reafirmação do homem dominando o espaço natural para a permanência e sobrevivência na espacialidade em construção. A reportagem faz menção à propaganda do governo de Figueiredo dizendo que:

Tratores e máquinas de terraplanagem, despejados em diferentes trechos entre Cuiabá e Cáceres no Mato Grosso, e entre Porto Velho e Ariquemes, em Rondônia, avançavam os primeiros quilômetros dessa que é a mais importante obra rodoviária do governo Figueiredo: o asfaltamento completo dos 1.900 quilômetros que ligam Cuiabá a Porto Velho em Rondônia, e a Rio Branco, no Acre. “É um projeto altamente político”, admitiu na semana passada, em Brasília, o secretário-geral do Ministério dos Transportes, Wando Pereira Borges. (VEJA, 21 de abril de 1982, p. 52-53 – destaques do original).

As matérias jornalísticas e/ou propagandas publicitárias em torno deste fato contribuíam para reafirmar o discurso de que o asfalto facilitaria a ocupação e a concretização do *desenvolvimento* rondoniense.

O simbolismo destas narrativas colaborou para que, logo nos primeiros anos da década de 1980, se fortalecesse a proposta de elevação do Território Federal de Rondônia à condição de Estado⁷. Isso fez com que os veículos de comunicação difundissem a ideia de Rondônia⁸ como “Terra da promessa”. Destaca-se, naquele momento, a importância da 23^o estrela da bandeira do Brasil na economia do país, por vários motivos, entre eles a geopolítica aplicada àquela espacialidade [...] “no sistema social e econômico brasileiro, Rondônia funciona há muito tempo como essa estrela, recebendo a maior parte daqueles

⁷ Foi em 22 de dezembro de 1981, que o Congresso Nacional aprovou a Lei Complementar nº 041, que tornava Rondônia o vigésimo terceiro estado da federação.

⁸ “Rondônia uma nova estrela no Oeste”, é essa a matéria de capa da edição nº 696 de 06 de janeiro de 1982 da revista *Veja*. A matéria fala da elevação do Território Federal de Rondônia à condição de Estado: “A elevação de Rondônia a Estado abre uma nova rota de esperanças para os migrantes e para a consolidação do desenvolvimento brasileiro” (VEJA. 1982, p. 52).

que buscam novas terras e novas culturas de vida, mais árdua, porém, rica em oportunidades” (VEJA, 06 de janeiro de 1982, p. 52).

O discurso propagandeado em matérias jornalísticas mostra a chegada daquilo que se compreendia como *progresso* e do *desenvolvimento*. Neste sentido, os textos dão conta de que, ao raiar da década de 1980, Rondônia já contava com núcleos urbanos “estruturados”, como Cacoal, Ji-Paraná, Pimenta Bueno, Vilhena e Ariquemes. Essas cidades foram apresentadas na edição nº 651 de 1981 da revista *Veja* como sendo as que mais cresceram entre 1970 e 1980. Segundo a matéria, as cidades tiveram seu crescimento “impulsionado pela expansão agrícola e enriquecidas em sua população pelas migrações do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul”. A reportagem segue afirmando:

A maior delas é Ji-Paraná, que em 1970 se chamava Vila de Rondônia e tinha 8 900 habitantes. Hoje tem quase 125 000, 700 lojas de varejo, 30 atacadistas, 64 indústrias, quatro agências bancárias, 1.245 telefones, um matutino e uma estação repetidora de televisão. (VEJA, 25 de fevereiro de 1981, p. 44).

Em outra matéria, o jornalista Hélio Teixeira evidencia que, apesar das dificuldades encontradas pelos migrantes, Rondônia é o Estado do futuro. Aponta números que demonstram o quanto o espaço rondoniense se desenvolveu, mesmo indicando problemas de infraestrutura, descreve a chegada do *progresso*.

Essas cidades, estradas e picadas são lugares onde não há uma nítida separação entre as coisas do passado, do presente e do futuro. Cacoal, uma parada de caminhões há dez anos, é hoje cidade de 67 000 habitantes, com plano urbanístico, mas sem rede de esgotos. (VEJA, 06 de janeiro de 1982, p. 54).

Ainda no ano de 1982, *Veja* traz uma matéria intitulada “A década da conquista”, em que mencionava a década de 1980 como período muito promissor para o avanço do desenvolvimento no Norte. Naquele momento, o asfalto da BR-364, prestes a ser concluído, corroborava a sensação da chegada do *progresso*. Aquele ambiente, até então relatado como o *caos* por conta da lama e da ausência de equipamentos urbanos, realidade que havia marcado a

chegada de muitos migrantes, estava, finalmente, se tornando *racionalizado*, com estruturas que permitiriam, de fato, a aposta num futuro de oportunidades.

Segundo estudo de Edina Rautenberg, não eram apenas em matérias que a revista *Veja* exaltava o modelo proposto pelos governos militares. De acordo com esta autora: “Os editoriais de *Veja* deixavam claro o apoio da revista ao governo que estaria levando o Brasil ao desenvolvimento econômico e, muitas vezes, a revista chegou a se utilizar dos jargões de desenvolvimento nacional veiculado pelos órgãos oficiais” (RAUTENBERG, 2016, p. 204).

Além de *Veja*, o *Jornal Tribuna Popular*, publicado em Cacoal a partir de 1980, também contribuiu para difundir o discurso de *progresso* e *desenvolvimento* que marcaram a ocupação recente de Rondônia. A vinda de seu proprietário, Adair Antônio Perin, para a cidade é sintomática da atmosfera que impulsionava as pessoas à migrarem para Rondônia.

Mitos de monstros amazônicos, índios selvagens e violentos, misturados com declarações positivas sobre o novo “El dourado” brasileiro, fizeram com que Perin tentasse nova sorte. A chegada do jovem jornalista à (*sic*) Rondônia se deu através de incentivo de parte da família que já morava no território, do grande incentivo do Governo Federal (...) e do anseio por uma vida melhor em canto do país (PERIN; COLFERAI, 2011, s/p).

A partir de sua entrada em circulação, o *Tribuna Popular* passou a noticiar o cotidiano da construção do “novo Oeste” brasileiro, com ênfase para o que ocorria em Cacoal e seu entorno. Na edição 96 de 17 de janeiro de 1985 publica: “MEC instalará emissoras de rádio e televisão em Rondônia”. Era o *progresso* e o *desenvolvimento* tomando forma não só por meio da construção das estradas e dos ares urbanísticos. Na esteira desta matéria, o jornal publica ainda:

Um vasto crescimento aborda a “capital do café”, lançando em seu fértil solo, as mais modernas residências, os maiores conglomerados econômicos, os mais fortes grupos da economia nacional. É o povo aplicando aqui o que foi ganho aqui. Combatendo a visão contrária (TRIBUNA POPULAR, 23 de fevereiro de 1985, p.2).

Outras matérias contemplam o discurso da chegada do *progresso*, efetivando a cobertura jornalística que narra racionalização do espaço. O

Tribuna Popular anuncia esses eventos cotidianamente como no enunciado: “Cacoal ganhará mais dois bancos”. A matéria aborda a importância do crescimento da cidade para a economia do estado. De acordo com a publicação:

Com mais essas as aquisições, a cidade transforma-se como ponto chave no setor financeiro de Rondônia, pois Cacoal é a cidade que mais arrecada para os cofres públicos estaduais, sendo que em vários meses do ano, a cidade arregimenta financeiramente o dobro da arrecadação da capital. (TRIBUNA POPULAR, 13 de junho 1985, p.8).

Tomadas em seu conjunto, mais do que noticiar fatos, as matérias aqui mencionadas deixam entrever os sentidos que caminharam *pari-passu* com a colonização recente de Rondônia. Trazem em seu bojo os vetores da política de ocupação de espaço levada a cabo pela Ditadura Civil-Militar, e, sobretudo, revelam as impressões iniciais que os migrantes tinham acerca do ambiente. Para estes, o choque com a natureza bruta significava, ao mesmo tempo, a quebra em relação as suas respectivas vivências, no qual a racionalidade do espaço dava o tom da vida cotidiano e deixa evidente os desafios que a busca do *progresso* impunha.

Mais do que traduzir para o seu público leitor as intencionalidades na ocupação de áreas localizada na região Norte do Brasil, as matérias aqui mencionadas demonstram que, para uma parcela expressiva desses migrantes, Rondônia representou a possibilidade de realizar um sonho de riqueza, de vida abundante e de prosperidade. Se fosse possível uma analogia bíblica, Rondônia encarnaria a metáfora da terra onde brotava “leite e mel”.

Em outras palavras, as matérias traduzem as experiências do processo de *domar a natureza*, e da construção e/ou da expectativa de construção dos sonhos e anseios que giravam em torno do desejo de construir um ambiente racionalizado, com estruturas urbanas que viabilizassem a sua permanência e a possibilidade de tornar a terra produtiva e Rondônia um lugar onde vicejasse o *progresso*.

Considerações Finais

As análises de *Veja* e do *Tribuna Popular* nos permitiram evidenciar alguns dos sentidos presentes no processo de ocupação recente de Rondônia, dentre os quais destaca-se a necessidade de colocar a selva abaixo, *domar a natureza* e tornar os espaços racionalizados. Tais ações decorrem, em larga medida, virtude de a natureza, em seu estado bruto, representar impedimento ao *desenvolvimento* e ao *progresso*.

Foi possível observar que a imprensa teve um papel importante na propaganda de ocupação do estado de Rondônia e, ao aproximar-se das narrativas, compreender que as matérias veiculadas nestes periódicos contribuíram para reatualizar imaginários, percepções que tornaram possíveis aos leitores comungar da atmosfera otimista sobre a expansão da frente agrícola e a conquista da última fronteira do Brasil: a Amazônia, em particular a espacialidade que compreende o atual Estado de Rondônia. Observa-se, ainda, em âmbito local, uma outra narrativa construída por quem e para quem está em Rondônia, que girava em torno do desejo *de progresso*. Assim, as narrativas presentes em *Veja* e no *Tribuna Popular*, cada qual a seu modo, contribuíram no sentido de corroborar as ações Estado brasileiro em prol do ideário o *progresso* e *desenvolvimento* que caracterizou o período da Ditadura Civil-Militar nas ações que tinham como foco a expansão da fronteira agrícola e *conquista* do novo Oeste brasileiro.

REFERÊNCIAS

FONTES

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Disponível

<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>. Acesso em: 02/11/2015.

Jornal *Tribuna Popular*

Revista *Veja*

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Nair Ferreira Gurgel do. Processos migratórios em Rondônia e sua influência na língua e na cultura. São Paulo, **Linha D'Água**, Brasil, v. 25, n. 1, p. 87-107, jun. 2012.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. 5ª ed. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1997.

CIM, Salvador. **O Processo Migratório de Ocupação no Estado de Rondônia – Visão Histórica**. Primeira Versão. Porto Velho. Junho de 2003. Ano II, nº 104. Volume VII. Disponível em: http://www.primeiraversao.unir.br/atigos_pdf/numero104Cinn.pdf. Acesso em: 10/06//2016.

CARDOSO, Fernando Henrique & MULLER, Geraldo. **Amazônia: Expansão do Capitalismo**. Brasiliense. São Paulo, 1977.

CUNHA, Euclides. **Um paraíso perdido**: reunião de ensaios amazônicos. Sel e coord. Hilson Rocha. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

CUNHA, Silvio R. Persivo. *O xadrez da terra*: (um estudo da colonização em Rondônia). 1985. 158 fls. Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de altos Estudos da Amazônia – UFPA, Belém, 1985.

DIACON. Todd A. Rondon: o marechal da floresta. Trad. Laura Texeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

DUPLAS, Gilberto. **O mito do progresso** ou o progresso como ideologia. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A ferrovia do diabo**: a história de uma estrada de ferro na Amazônia. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1987.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GARFIELD, Seth. **A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios xavante (1937-1988)**. Tradução Cláudia Sant'ana Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

GOMES, Ângela de Castro. **Olhando para dentro**: 1930-1964. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. (História do Brasil Nação 1808-2010, Vol. 4).

HARDMAM, F. Foot. **O trem fantasma**: a modernidade na selva. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

LUCA, Tania Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2006.

MACIEL, Laura A. A Comissão Rondon e a conquista ordenada dos sertões: espaço, telégrafo e civilização. Proj. História São Paulo. Assis/Franca, v. 18, p. 167-189, 1999

MATHIAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil**. O projeto militar (1973-1979). Campinas: SP: Papirus, 1995.

MEIRELES, Denise Maldi. **Populações indígenas e ocupação histórica de Rondônia**. Monografia final apresentada ao curso de especialização do Mato Grosso. Cuiabá, 1983.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2008.

PERDIGÃO, Francinete; BASSERIO, Luiz. **Migrantes Amazônicos**. Rondônia: a trajetória da ilusão. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

PERIN, Giliane; COLFERAI, Sandro Adalberto. **Um jornal da fronteira da colonização da Amazônia** – 30 anos do Tribuna Popular. In: Anais do VIII Encontro de Nacional de História da Mídia. Guarapuava: Unicentro, 2011. Disponível em: [file:///E:/DOCUMENTOS/Downloads/Um%20jornal%20na%20fronteira%20da%20colonizacao%20da%20Amazonia%202013%2030%20anos%20do%20Tribuna%20Popular%20\(1\).pdf](file:///E:/DOCUMENTOS/Downloads/Um%20jornal%20na%20fronteira%20da%20colonizacao%20da%20Amazonia%202013%2030%20anos%20do%20Tribuna%20Popular%20(1).pdf). Acesso em: 17 de set. 2017.

PESSOA, Maria do Socorro. **Rolim de Moura – Um ponto de vista**. CEGRAF: Brasília, 1988.

RAUTENBERG, Edina. *Veja* como a Abril se consolidou durante a Ditadura Civil-Militar brasileira. In: CORRÊA, Maria Leticia; CHAVES, Monica P. A.; BRANDÃO, Rafael Vaz da M. **História Econômica e imprensa**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

SOUZA, Nilson Araújo de. A economia da ditadura e da transição. In: PINHEIRO, Milton (org.). **Ditadura: o que resta da transição**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

SOUZA, Valdir Aparecido de. **(Des)ordem na fronteira: ocupação militar e conflitos sociais na bacia do Madeira-Guaporé (30-40)**. 2002. 177 fls. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”/Unesp. Assis, 2002.

_____. **Rondônia, uma memória em disputa**. 2011. 192 fls. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”/Unesp. Assis, 2011.

VILLALTA, Daniela. **O surgimento da revista *Veja* no contexto na modernização brasileira**. Anais do XXV Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação. Salvador, 2012.